

25 ABR 1986

jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Coeteno Álvares, 55, tel: 836-2122 (PABX).



Fundado em 1875

JULIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JULIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

25 ABR 1986

Por que eles sucumbem a tentação totalitária

O mito da igualdade — o que seria do Pelé se todos os homens fossem iguais? — é dos que mais têm atrapalhado a difusão da democracia pelo mundo. Havendo, em todas as atividades a que o homem se tem dedicado, muito mais pessoas comuns ou até mesmo medíocres do que Pelés, o medo da competição e a recusa da responsabilidade individual têm sido forças consideráveis a empurrar a humanidade para a "tentação totalitária", ou seja, para a aceitação da perda da liberdade em troca da falsa "segurança profissional" oferecida pelo Estado patrão. De fato, nas sociedades onde o pluralismo político e a liberdade econômica vigoram; nas sociedades onde ainda é permitida a competição e é possível o sucesso individual baseado no esforço pessoal, o Estado patrão tem sido o valhacouto dos fracassados, dos medíocres e dos incompetentes, que, invariavelmente, acabam por organizar-se para tentar eliminar de vez com a mera possibilidade de que a superioridade alheia se possa manifestar de algum modo. A existência dos parâmetros, a possibilidade da comparação é o que ameaça a "segurança" desses incompetentes.

Entre as muitas profissões existentes, talvez a de jornalista seja aquela em que esta competição entre o talento e a mediocridade seja mais inevitável, surgindo aos olhos cotidiana e indiscutivelmente a diferença entre os talentos e os medíocres por escrito e com assinatura. Eis por que não estranhemos nem um pouco que seja entre os fracassados dessa categoria, em especial, que esta "tentação totalitária" surja com maior frequência e com maior radicalismo.

Neste último fim de semana tivemos mais um exemplo concreto. Sob o patrocínio de um banco estatal e do governo do Distrito Federal — fatos que não deixam de ser sugestivos — reuniu-se em Brasília uma Federação Nacional de Jornalistas, como de praxe "liderada" por alguns dos mais notórios fracassados da profissão. Todos os "líderes" dessa "associação de classe" já tiveram a sua oportunidade nas redações dos grandes órgãos de imprensa do País, mas muito poucos conseguiram passar pelo teste da competição individual. Atualmente, cumprindo à risca os passos que costumam trilhar estes "tentados pelo totalitarismo", a maioria deles está desligada da verdadeira profissão de jornalista e encontra-se abrigada em cargos públicos onde a competência profissional não conta: chefiando a imprensa oficial, assessorando políticos, ocupando cargos em partidos radicais ou pleiteando cargos eletivos. São, portanto, meio-jornalistas. Contudo, o seu diploma afirma, ainda, que "são jornalistas"...

O encontro destinava-se a discutir "A Comunicação na Constituinte" e produziu um documento, a "Carta de Brasília", na qual, falando em nome "dos jornalistas", esses meio-jornalistas propunham o seguinte: a criação, pela Assembléia Nacional Constituinte, de um "Conselho Nacional de Comunicação Social" ("reivindicação unânime dos jornalistas", afirmavam os meio-jornalistas), ao qual competirá "decidir sobre todas as questões que dizem respeito à política de comunicações, acompanhar as diretrizes aprovadas e fiscalizar o cumprimento da respectiva legislação", e que será composto "pelas entidades que representam os trabalhadores em comunicação, os empresários do setor, os demais segmentos da sociedade, as nações indígenas (!?!), bem como o governo e os partidos políticos, com maioria para as entidades representativas dos trabalhadores" (grifo nosso). Propunham ainda "a criação de um sistema público de comunicação social para garantir o direito da sociedade à informação e à auto-expressão".

"Nesse sistema — continuavam os meio-jornalistas — a comunicação social deve ser entendida como um serviço público prestado por meios de comunicação explorados por fundações ou sociedades civis sem fins lucrativos." A seguir, propunham que qualquer decisão sobre automação ou introdução de melhoramentos tecnológicos pelas empresas do setor sejam decididas pelos jornalistas (isto é, pelos meio-jornalistas), e completavam rejeitando a idéia de acabar com a exigência de diploma em comunicações para todas as pessoas que pretendem trabalhar no ramo, endossando assim a regulamentação estabelecida pelo regime militar, porque "a campanha ora desencadeada contra o diploma de comunicações (...) visa destruir a regulamentação profissional e, por extensão, a organização sindical dos jornalistas e outros trabalhadores e suas conquistas" (sic). Em nenhum momento o documento mencionou a expressão liberdade de imprensa nem falou de sua importância para a construção e para a preservação do sistema democrático, invocando apenas, em seu lugar, o jargão "unesquiano" do "direito social à comunicação".

Muito bem. Despidendo todo este palavreado das sutilezas que se tornam necessárias para "não dar bandeira" sobre a verdadeira intenção que é a de suprimir a liberdade de imprensa, o que sobra da "Carta de Brasília" dos meio-jornalistas da Fenaj é a proposta de criação de um órgão censor de amplitude nacional — o tal "Conselho Nacional de Comunicação Social" — comandado pelas organizações sindicais (únicas?) e encarregado de "decidir todas as questões que dizem respeito à política de comunicações", e a proposta de que a iniciativa privada fique impedida de ter ou manter órgãos de imprensa, cabendo este papel apenas ao Estado, aos partidos políticos e aos sindicatos. Tudo, é claro, a pretexto de que "o direito à comunicação" fique "isento do poder econômico", que barraria às "classes oprimidas" o acesso à comunicação. Ora, quem lê jornais e vê televisão sabe que essas "classes oprimidas" têm muito mais acesso aos meios de comunicações que as demais classes, até porque são a maior fonte de notícias, embora cada órgão de comunicação se reserve o direito de fazer, sobre as organizações que pretendem representar essas classes, os julgamentos que lhes aprouver, em suas páginas de editoriais. Além disso, neste país existem mais de 1.500 jornais, mais de 1.800 rádios e dezenas de empresas de televisão, associadas ou não às grandes redes, pertencentes a empresários, a partidos políticos, a associações de classes, a sindicatos e ao próprio Estado; não havendo, na atual legislação, nenhum obstáculo à sua proliferação. Quanto à sua capacidade de competir por leitores, é problema de cada uma. O que propõem os meio-jornalistas da Fenaj, portanto, não é uma ampliação desse universo, mas sua restrição apenas aos representantes de uma classe e a submissão de todos a um órgão censor nacional controlado pela "vanguarda" desta classe...

É uma idéia velhíssima, que não representa novidade nem mesmo no Brasil, neste momento de véspera da Constituinte. Com pequenas variações, projetos semelhantes já foram apresentados também pela CNBB — hehe! — na sua assembléia terminada na semana passada em Itaipá, e pelo PT...

Esmiuçar os méritos de mais esta proposta totalitária e dos "argumentos" aventados para justificá-la seria ofensivo à inteligência dos leitores. Falar sobre a importância da imprensa livre para a democracia no País que acaba de derrubar, com a decisiva ajuda da imprensa livre, um regime ditatorial que durou 20 anos, idem. Assim, o que temos a dizer a respeito de mais esta investida contra a imprensa livre é que há um engano fundamental dos meio-jornalistas da Fenaj e das demais forças radicais que têm apresentado propostas semelhantes. Esta Assembléia Constituinte, convocada pela Nova República democrática e pluralista, destina-se, como tem repetido tantas vezes o presidente Sarney, a dar um arcabouço jurídico e institucional sólido à democracia brasileira. Uma imprensa como a que desejam os meio-jornalistas da Fenaj, os "padres da libertação" e a "turma" do PT — a "de fogo" e as outras — é uma imprensa compatível apenas com regimes totalitários

de partidos únicos, sindicatos únicos e verdades (Pravda) únicas. Portanto, trata-se da proposta errada na hora errada. Primeiro é preciso instalar um regime totalitário, para que depois surja uma imprensa totalitária. Propor que uma Constituinte democrática se encarregue da tarefa de negar os fundamentos da democracia é pelo menos tão absurdo quanto, por exemplo, exigir que o sr. Gorbatchov abra mão do monopólio do seu partido único sobre a imprensa na URSS, e entregue a "comunicação social" na URSS à livre iniciativa e aos representantes de todos os segmentos da sociedade soviética, inclusive os dissidentes.

ANC 88

Pasta Jan/Maio 86

127